

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 332.978 - RJ (2013/0143470-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**EMBARGANTE** : **J S F**  
**ADVOGADOS** : **MARCOS VERÍSSIMO BANDEIRA BASTOS - RJ020706**  
                  **FERNANDO CARLOS VIEIRA - RJ052492**  
**INTERES.** : **C R DOS S**  
**ADVOGADOS** : **CLOVIS MURILLO SAHIONE DE ARAUJO - RJ013393**  
                  **YURI SARAMAGO SAHIONE DE ARAUJO PUGLIESE E**  
                  **OUTRO(S) - RJ145879**  
**INTERES.** : **R L T**  
**ADVOGADO** : **ELÁDIO AUGUSTO AMORIM MESQUITA - GO004012**  
**EMBARGADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por **J. S. F.** em face da decisão de fls. 1.687-1.694 (e-STJ), que não conheceu dos agravos em recurso especial interpostos.

Aduz o embargante que não tinha ciência de que precisava indicar em qual dispositivo estaria fulcrada a insurgência do recurso especial. Alega que "Talvez que fosse necessário, na primeira parte supra trasladada, apontar o dispositivo legal que trata de negação à vigência da lei federal mas, todavia, entendeu o RECORRENTE ser de conhecimento." (e-STJ, fl. 1.702).

Sustenta, ainda, que deve ser reconhecida a prescrição da pretensão punitiva pois o acórdão confirmatório da condenação não constitui marco interruptivo da prescrição.

**É o relatório.**

Decido.

Concernente à ausência de indicação pelo recorrente **J S F** do dispositivo constitucional em qual estaria fulcrada a interposição de seu recurso especial, destaco que é de conhecimento geral a necessidade da apontação precisa, conforme estabelecido no art. 541 do Código de Processo Civil/1973 e na Súmula 284/STF, razão pela qual inclusive os dois outros agravantes o fizeram.

Quanto à prescrição, registra-se que a matéria foi bem esmiuçada no *decisum*, restando clara a inviabilidade de acolhimento da pretensão, senão vejamos:

"Por outro lado, necessário tecer breves considerações sobre questão aventada pela defesa de **J S F**, porém, de interesse de todos os recorrentes, qual seja, a prescrição da pretensão punitiva do Estado.

Adianta-se, entretanto, que o pleito não prospera.

Colhe-se dos autos que os recorrentes foram condenados pela prática do crime do art. 17, parágrafo único, II, da Lei n. 7.492/1986 (e-STJ, fls. 1.052-1.065).

Aos réus **C R DOS S** e **R L T** foram impostas as penas de 3 anos de reclusão, em regime aberto, e de 30 dias-multa, enquanto ao sentenciado **J S F** restou estabelecida as reprimendas de 4 anos de reclusão, em regime aberto, além de 45 dias-multa.

Todos os recorrentes foram beneficiados com a substituição das penas privativas por restritivas de direitos, nos termos do art. 44 do Código Penal.

A sentença condenatória foi publicada no dia 23/11/2010, conforme certidão à fl. 1.068 (e-STJ).

Sem interposição de apelo ministerial, o aresto transitou em julgado para a acusação (e-STJ, fl. 1.158).

Nos termos do art. 110 do Código Penal, a prescrição, depois do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação, que já ocorreu, é regulada pela pena aplicada. Assim, o prazo prescricional, no caso dos presentes autos, é de 8 anos, consoante disposto no art. 109, IV, do diploma penal.

Quanto ao cálculo da prescrição punitiva, convém destacar que, a Terceira Seção desta Corte, nos autos do EAREsp n. 386.266/SP, firmou o entendimento de que apenas a interposição do **recurso cabível** impede a formação da coisa julgada. Na oportunidade, assentou-se ainda que, sendo a decisão que inadmite o recurso especial de natureza eminentemente declaratória (*ex tunc*), o trânsito em julgado retroagirá à data de escoamento do prazo para a interposição do recurso cabível.

A propósito, confirmam-se os fundamentos do mencionado julgado:

"PENAL E PROCESSUAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUPERAÇÃO DA SÚMULA 315 DO STJ, EM CARÁTER EXCEPCIONAL. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM. DECISÃO CONFIRMADA NO ÂMBITO DO STJ. FORMAÇÃO DA COISA JULGADA. MOMENTO. PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO.

1. Nos termos da Questão de Ordem acolhida nestes autos, a Súmula 315 do Superior Tribunal de Justiça foi superada, em caráter excepcional, para se admitir o processamento dos embargos de divergência em agravo.

2. Divergência estabelecida quanto à formação da coisa julgada quando o recurso especial é inadmitido na origem com posterior decisão do Superior Tribunal de Justiça confirmando essa inadmissibilidade.

3. Consoante posicionamento do Supremo Tribunal Federal, especificamente no âmbito do processo penal, não é a interposição de recurso dentro do prazo legal que impede o trânsito em julgado da decisão judicial, mas sim a interposição de recurso cabível, pois o recurso só terá o poder de impedir a formação da coisa julgada se o mérito da decisão recorrida puder ser modificado.

4. A decisão que inadmite o recurso especial ou extraordinário possui natureza jurídica eminentemente declaratória, tendo em vista que apenas pronuncia algo que já ocorreu anteriormente e não naquele momento motivo pelo qual opera efeitos *ex tunc*. Assim, o trânsito em julgado retroagirá à data de escoamento do prazo para a interposição de recurso admissível.

5. Recursos flagrantemente incabíveis não podem ser computados no prazo da prescrição da pretensão punitiva, sob pena de se premiar o réu com a impunidade, pois a procrastinação indefinida de recursos contribui para a prescrição.

6. Conclusão que mais se coaduna com o princípio da duração razoável do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Carta Magna, erigido a direito fundamental, que tem por finalidade a efetiva prestação jurisdicional.

7. O julgamento do agravo deve preceder à eventual declaração de prescrição da pretensão punitiva. Somente nas hipóteses em que o agravo não é conhecido por esta Corte (art. 544, § 4º, I, do CPC), o agravo é conhecido e desprovido (art. 544, § 4º, II, "a") e o agravo é conhecido e o especial tem seu seguimento negado por ser manifestamente inadmissível (art. 544, § 4º, II, "b" - 1ª parte), pode-se afirmar que a coisa julgada retroagirá à data do escoamento do prazo para a interposição do recurso admissível. Nas demais hipóteses previstas no § 4º, II, do artigo em comento, o especial é considerado admissível, ainda que sem sucesso, não havendo que se falar em coisa julgada operada ainda no Tribunal de origem.

8. Embargos de divergência acolhidos para reformar a decisão proferida no agravo, firmando o entendimento de que, inadmitido o recurso especial pelo Tribunal de origem, em decisão mantida pelo STJ, há a formação da coisa julgada, que deverá retroagir à data do término do prazo para interposição do último recurso cabível.

9. Retorno dos autos à Sexta Turma para que decida o agravo interposto contra a decisão que inadmitiu o recurso especial, matéria prejudicial à verificação da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva."

Assim, se a decisão que inadmite o recurso especial for confirmada por esta Corte, como na hipótese destes autos, o marco final da prescrição será a data de escoamento do prazo para a interposição do recurso cabível, que no caso, considerando a oposição dos aclaratórios contra o acórdão da apelação, ocorreu em 16/4/2012 (considerada a publicação do acórdão referente aos embargos de declaração, em 30/3/2012, e-STJ, fl. 1.317).

Na espécie, portanto, verifica-se que não transcorreu o lapso temporal necessário de 8 anos entre a publicação da sentença condenatória, em 23/11/2010, e a data de escoamento do prazo para a interposição do recurso cabível, em 16/4/2012.

Diante desse contexto, inviável o acolhimento da pretensão." (e-STJ, fls. 1.692-1.693).

Assim, ausente qualquer omissão, contradição, ambiguidade ou obscuridade no julgado, não há como prosperar os aclaratórios.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos declaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator